

A. I. N° - 299164.0756/04-4
AUTUADO - SOLPLAST DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA.
AUTUANTE - PAULO GORGE TELIS SOARES DA FONSECA e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 18.10.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0395/01-04

EMENTA. ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINADA A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. Comprovado nos autos que o contribuinte não deu causa ao cancelamento da inscrição. Equívoco do Fisco, na identificação da porta do estabelecimento em razão de numeração não seqüencial. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 08/07/04, exige ICMS no valor de R\$ 4.014,82, por falta de pagamento na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, conforme nota fiscal n° 004905, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição cancelada no CAD-ICMS.

O autuado, às fls. 18 e 19, apresentou defesa alegando que o cancelamento de sua inscrição cadastral decorreu de equívoco, uma vez que a fiscalização acusou a não localização do estabelecimento através de FLC.

Argumentou que no dia em que o fisco apreendeu as mercadorias, dia 08/07/04, localizou o fiscal que lavrou a FLC, tendo sido explicado que a numeração do endereço não tem ordem seqüencial já que a Prefeitura não entrevistou nesse problema. Assim, para o seu estabelecimento foi adotado o número do lote, por ser um dos primeiros imóveis daquele endereço. Já os demais proprietários foram dando números aleatórios aos seus imóveis.

Após as explicações o fiscal solicitou um ponto de referência para ir até a empresa, o que foi feito e tendo, o fisco reconhecido o equívoco, reativou a inscrição de sua empresa. No entanto, como tinha pressa para a liberação do caminhão, por conter mercadorias de outros contribuintes, recolheu o imposto, não sendo mais possível o cancelamento do Auto de Infração.

Asseverou que o reconhecimento do equívoco pelo próprio Fiscal que lavrou a FLC, reativando de ofício, no mesmo dia da lavratura do Auto de Infração a inscrição do contribuinte, ou seja, no dia 08/07/2004 estava Ativa, conforme DIE em anexo.

Requeru o cancelamento do Auto de Infração e a restituição do valor pago.

Outro Auditor Fiscal ao prestar informação, às fls. 33 e 34, confirmou o argumento de defesa.

Informou que da consulta a funcionários da INFAZ Vitória da Conquista, houvera equívoco do preposto da SEFAZ, e ao ser constatado o engano, foi feita a reinclusão de ofício da inscrição estadual do autuado em 08/07/2004. Tendo sido indevido o cancelamento da inscrição não deve o contribuinte ser penalizado por fato ao qual não deu causa.

Opinou pela improcedência da ação fiscal, apesar do primoroso trabalho fiscal.

VOTO

Na presente ação fiscal, o Auto de Infração exige imposto por antecipação tributária, pelo fato de a inscrição estadual do autuado encontrar-se cancelada no CAD-ICMS e o contribuinte ter adquirido mercadorias através da Nota Fiscal nº 004905, emitida em 06/07/2004, pela empresa Orion Embalagens Ltda., situada em Caieiras, Estado de São Paulo.

A motivação para o cancelamento da inscrição cadastral do autuado se deu pelo não exercício da atividade do contribuinte no endereço indicado, fato este constatado através de diligência (art. 171, I do RICMS/97).

O sujeito passivo alegou que o cancelamento foi realizado de maneira equivocada, já que na rua onde está estabelecido a numeração não é seqüencial, o que motivou o cancelamento de sua inscrição. No mesmo dia da apreensão das mercadorias localizou o Auditor que lavrou a FLC explicando o fato. Assim, o preposto do Fisco verificou *in loco* o fato, reconhecendo o equívoco quanto ao cancelamento da inscrição cadastral do autuado, sendo, de ofício, reativada a inscrição no mesmo dia, ou seja, no dia 08/07/2004. Fato confirmado pelo auditor que prestou informação fiscal.

Ante o acima exposto, confirmado estar correto o endereço do contribuinte e que o cancelamento decorreu de equívoco da repartição de origem, não tendo o sujeito passivo dado causa ao cancelamento de sua inscrição. Consta nos autos a prova de que o contribuinte teve sua inscrição estadual reativada no dia 08/07/2004, estando na condição de “ATIVO”. Desta maneira, descabe a exigência do crédito tributário.

Quanto a solicitação da restituição do valor pago, deve o autuado, após o processo tramitado em julgado na esfera administrativa, solicitar a restituição do indébito, nos termos dos art. 75 a 79 do RPAF/99.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299164.0756/04-4**, lavrado contra **SOLPLAST DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de outubro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI DA SILVA - JULGADOR